



**VIRTUAJUS**

Revista de Graduação da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas

## ENTREVISTA COM O PROFESSOR BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS<sup>1</sup>

**Bárbara dos Santos Choucair<sup>2</sup>**

**Thiago Braga Silva dos Santos<sup>3</sup>**

*Coletiva PUC Minas.* A democracia no Brasil é difícil, é viável ou é impossível? E o senhor vê alguma ameaça às eleições de 2018?

*Boaventura Sousa Santos.* Não, o fato de eu dizer que é uma democracia difícil, não quer dizer que é impossível, mas, obviamente, que é exigente. Foram muitos anos de luta, logo depois da ditadura, para conquistarmos isso. Este período que temos vivido na humanidade democrática foi realmente abalado por este golpe, que foi como considero o que aconteceu com a presidente Dilma. Mas obviamente que isso não invisibiliza nem inviabiliza as possibilidades democráticas do futuro. Torna tudo mais difícil, exatamente é o que faz esse processo, porque muitos cidadãos se sentem hoje extremamente frustrados, sobretudo estando ainda, eu diria, quase em estado de choque, porque foram doze ou treze anos em que se pensou que viria realmente uma política de

---

<sup>1</sup>Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. É igualmente Diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Dirige atualmente o projeto de investigação ALICE – Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo, um projeto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), um dos mais prestigiados e competitivos financiamentos internacionais para a investigação científica de excelência em espaço europeu. Tem trabalhos publicados sobre globalização, sociologia do direito, epistemologia, democracia e direitos humanos. Os seus trabalhos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês e romeno.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela PUC Minas. Estagiária da Faculdade Mineira de Direito. Email: choucair.barbara@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduando em Letras pela UFMG e Direito pela PUC Minas. Email: tbragass@gmail.com.

inclusão na sociedade brasileira. Efetivamente, milhões, 50 a 59 milhões (não me interessa) de pessoas saíram de um baixo nível de pobreza e puderam ter acesso a bens essenciais e tudo isso, de repente, é muito facilmente destruído. Portanto, se isso foi construído pela democracia e aparentemente foi destruído esse sistema democrático, a democracia fica um pouco fragilizada e esta situação faz com que ela seja mais difícil agora. Tem de haver políticos com mais credibilidade, tem que ter talvez alguma reforma no sistema político, que permita que os cidadãos tenham uma participação mais intensa e o dinheiro fale menos alto do que fala atualmente no Brasil. O dinheiro fala demasiadamente alto na escolha das agendas, na escolha dos candidatos.

**Coletiva PUC Minas.** O senhor falou sobre essa onda crescente, essa onda conservadora e até fascista no mundo. A que o Senhor atribui isso? Se é possível falar disso em poucas palavras.

**Boaventura Sousa Santos.** Fundamentalmente, nós temos que insistir num fenômeno que eu digo ser o do “bode expiatório”, o que nós temos em diversos países, mesmo que as situações obviamente sejam diferentes de continente para continente. No caso, por exemplo, europeu, não se justifica que as políticas sociais que envolvem o próprio financiamento do Estado, da educação e da saúde, as pessoas estando habituadas a altos níveis de proteção social, no momento em que começa a haver uma crise, exatamente a que é produzida pelas práticas do neoliberalismo e por especulação financeira, [não se justifica que] a culpa afinal caia nos refugiados. Os refugiados se transformam no bode expiatório, assim como os imigrantes. A extrema direita explora então, obviamente, o nacionalismo europeu. Tradicionalmente, o nacionalismo de direita sempre foi um nacionalismo excludente, que está agora vigorando em toda a Europa. Estamos vendo isso na América do Norte, nas eleições francesas, como vimos no BREXIT, como estamos a ver também na Holanda, na Áustria, em que o candidato da extrema direita Norbert Hofer não ganhou as eleições por pouco. Portanto, há realmente um nacionalismo que está a aproveitar-se da crise das famílias, em grande parte produzida pelo aumento do desemprego, desaceleração da economia, a transformar os pobres, os imigrantes, os muçulmanos em bodes expiatórios. Portanto, está-se criando um sistema, como aliás já existe nos Estados Unidos, em que o operário branco, empobrecido, que já não ganha tanto, que não tem aumento do salário mínimo há 10 anos, vira-se contra quem? Contra o trabalhador latino, pobre, mais pobre do que ele. Não se vira contra Wall Street, não se vira contra quem está ganhando milhões e milhões todos os dias. Não se vira contra os oito homens mais poderosos do mundo, que têm tanta riqueza quanto a metade mais pobre do mundo, 3,5 bilhões de pessoas. Não se vira contra esses ricos, se vira contra o pobre. Portanto, vítima contra vítima, oprimido contra oprimido, este é o sistema do bode expiatório. E isto é o grande alimentador do nacionalismo neste momento, e do populismo, digamos, o populismo de direita, que está surgindo na Índia, com Narendra Modi.

**Coletiva PUC Minas.** Professor, os meios de comunicação de massa se tornaram mais democráticos com o tempo? E como as mídias alternativas têm contribuído para a democracia?

**Boaventura Sousa Santos.** As mídias alternativas são a nossa salvação. São a salvação da democracia porque as grandes mídias são hoje um grande (na América Latina, sobretudo, mas não só), são realmente um grande partido de oposição a qualquer iniciativa emancipatória, progressista, mesmo da esquerda moderada. Eu vejo isso, por exemplo, no meu país [Portugal], que tem um investimento do governo de esquerda moderadíssimo. Obviamente eu próprio vejo que a imprensa e a comunicação social, mesmo a comunicação pública, não é muito amiga de desempenhar uma função social, porque, realmente, houve uma grande colonização dos meios de comunicação por grandes interesses econômicos. Os jornalistas de ponta das grandes redes de televisão, todos têm cursos de formação nos Estados Unidos ou lhe são dados os *briefings* sobre pós-fatos, sobre fatos que não são verdadeiramente fatos, como a gente sabe, como aconteceu agora, recentemente, com o bombardeio na Síria. Fazem-se *briefings* sobre falsidades e, portanto, cria-se realmente um monopólio com muitos interesses econômicos, às vezes ligados aos interesses de produção de energia, como acontece no Brasil, outras vezes ligados ao setor bancário e ao setor financeiro. Portanto, a mídia é o grande partido de oposição a qualquer política de inclusão social em toda América Latina e nos outros continentes que estão a passar pelos mesmos problemas. E os meios de comunicação alternativos são a salvação da democracia. É preciso que sejam apoiados e, de fato, quantos procuram apoiá-los? Eu penso que no tempo do Lula se fez um esforço nesse sentido, mas se esteve longe de se fazer um esforço mais efetivo para apoiar as mídias alternativas. Espero que no futuro se faça isso. Na Argentina, Cristina Kirchner fez um esforço voltado, sobretudo, para o nível de destruição dos petrogeotérmicos, mas não foi capaz de ir adiante, porque obviamente o Clarín e, portanto, os grandes grupos se viraram contra ela (eu penso que petromagnético era a palavra que queria dizer agora há pouco e não consegui fazê-lo). Portanto, isso é uma luta realmente muito difícil, mas é por aí, eu acho que sim, acho que todos nós temos uma responsabilidade com as mídias alternativas.

**Coletiva PUC Minas.** Professor, sempre a gente pensa na questão da socialização do saber da Universidade para a sociedade, sempre se impõe a questão dessa reversão da extensão, ou seja, trazer os saberes ou as outras *epistemes* que estão fora para dentro da Universidade. Como o senhor vê isso?

**Boaventura Sousa Santos.** Esse é o meu grande objetivo hoje em dia: em todo o lado que eu vou meu objetivo é fazer extensão ao contrário. Eu acho que a extensão tradicional é importante, ainda que em alguns momentos tenha se transformado numa forma de muitas universidades obterem receitas próprias, o que, portanto, desvirtuou o que era a extensão, que era um ato de solidariedade da universidade para a sociedade. Mas eu penso que, hoje, a universidade precisa perceber os conhecimentos que são populares, de forma que a universidade os traga para dentro. Em termos do Brasil há muitas experiências. Há o caso da Faculdade de Medicina de Manaus, que traz os médicos tradicionais da Amazônia para trabalhar com os estudantes, trazendo, portanto, saberes médicos tradicionais e não-científicos para dentro da universidade. O Reitor Naomar Almeida Filho, no sul da Bahia, traz carpinteiros navais que fazem barcos para ensinar

aos alunos, junto com os engenheiros da tecnologia naval, no curso de Tecnologia Naval. Ou seja, a ecologia de saberes dentro da universidade é possível e é necessária. Eu conheço bem a Universidade Federal Fluminense, onde tenho alguns estudantes e professores amigos, que têm estado comigo nas oficinas onde reunimos as universidades populares com os movimentos sociais. Esta é a grande mensagem que eu passo à Universidade. Eu assinei ontem com a UFMG um protocolo entre o meu centro e a UFMG, basicamente para organizarmos oficinas da universidade com os movimentos sociais, que é uma ideia que eu lancei no Forum Social Mundial, em 2003. Basicamente, são dois dias de reunião, com os intelectuais e os líderes de movimentos a discutir temas em plena horizontalidade, temas que interessam aos movimentos, no fim dos quais as posições políticas que se tomam podem ser úteis, podem não ser, podem ser declarações públicas, podem ser o que for. É uma forma de envolver as universidades com a sociedade. Temos isso já com a Universidade de Zimbabwe, temos com universidades do México, universidades da Argentina, e gostaria de fazer uma cooperação desse tipo com a PUC, obviamente a daqui de Minas, não vejo por que não. Naturalmente, pelo que hoje vi neste auditório, penso que estamos perfeitamente preparados para isso e a discussão que resta é muito pouca, é um ovo de Colombo, o porquê de não nos reunirmos em espaços universitários. Essa é a extensão mais avançada, porque nós saímos propriamente até da própria universidade, isto é, as oficinas da universidade popular levam universitários para fora, mas levam-nos para as comunidades. Outras pessoas vivem. Às vezes são conventos, porque estão disponíveis, às vezes são alojamentos de hospitais, de sindicatos, lugares que não metam medo. As universidades metem medo aos movimentos sociais, por que sempre foram um ambiente hostil, por que os consideravam ignorantes, consideravam que estavam mal vestidos, que falavam mal, e eles não gostam de vir. Acho que nos pagam na mesma moeda, não é? Então, acho que temos que encontrar outras formas. Portanto, a universidade popular dos movimentos sociais é realmente uma dessas iniciativas tem dado bons frutos, onde a gente tem realizado muito e eu espero que possamos organizar algo com a Universidade Federal Fluminense.

**Coletiva PUC Minas.** Bom dia Professor. Seu trabalho e sua fala já demonstram um interesse pelos aspectos econômicos e sociais da justiça, mas a gente gostaria de saber se, em algum momento da história, a democracia se mostrou certa para os grupos oprimidos e se as incertezas de hoje levariam a uma falência, no âmbito global, da democracia? E, por fim, se o Direito, a Justiça se utilizam da técnica para manter e fortalecer o *status quo* social, político e econômico, ou se apresentam como um meio de transformação social?

**Boaventura Sousa Santos.** Sobre a última pergunta, eu tenho algum trabalho, vocês que são da Faculdade de Direito devem conhecer esse livro que se chama *As Bifurcações da Ordem*, que é o quarto volume de uma grande coleção de estudos meus de Sociologia do Direito. O primeiro capítulo chama-se “Poderá o Direito ser Emancipatório?”, isto é, pode o Direito ser posto a serviço das classes populares? E tem um capítulo em que eu, juntamente com uma estudante minha (que está fazendo doutorado em Direito comigo, mas, que é uma advogada popular aqui do Brasil, se chama Flávia Carle) fizemos um estudo sobre o modo como se usou o sistema

judiciário para conseguir legalizar alguns assentamentos. Usou-se o Direito de uma forma emancipatória, portanto. O Direito é extremamente contraditório. Nesse momento, é um campo de disputa. Neste momento, está predominantemente – sempre esteve talvez, mas agora mais do que nunca – a serviço das classes dominantes. O mesmo sistema judiciário que já decidiu, por vezes, a favor do MST foi também o sistema judiciário que, no Rio Grande do Sul, por iniciativa de algum magistrado ou do Ministério Público, pediu a declaração do MST como uma organização terrorista. Portanto, é uma contradição do sistema judiciário. Devemos ficar atentos, estudá-lo e, obviamente, também criticá-lo. Portanto, no que diz respeito a isso, sim. Pode-se ver nesse texto [de que eu falei], que eu gostaria muito de discutir convosco, como há condições específicas que estão se realizando. Isto é, nunca vai haver uma mobilização jurídica, não se pode confiar nos tribunais, tem que haver uma mobilização política. Muitas das coisas que neste momento estão pendentes no STF, se realmente não houver uma mobilização de rua a fazer pressão sobre os juízes, eu sei qual vai ser o tipo de decisão que vai ser tomada. E é por isso que está havendo tanta brutalidade policial contra os movimentos, como ainda ontem, antes de ontem lá em Brasília. Os indígenas estão sendo bloqueados de uma forma que não é nada comum, porque aquela pressão é fundamental para pressionar o sistema judiciário, e a polícia sabe, as forças conservadoras sabem, tanto as nacionais como as internacionais. No que diz respeito ao segundo ponto, meu caro, em cada momento na história nós usamos as armas que temos à nossa disposição, quer dizer, nós não inventamos. Nós não estamos, neste momento, num período revolucionário, a revolução não está na agenda. Nos anos 80, após a revolução cubana, muitos jovens como você, como eu naquela altura, tínhamos a ideia de que, se a revolução cubana aconteceu em Cuba, não devia ficar só em Cuba, era a hora de outros países. Claro que o [Presidente dos Estados Unidos], Kennedy, também viu isso, os americanos viram que isso era um perigo e criaram uma coisa chamada “Aliança para o Progresso” para impedir que a revolução se espalhasse. E ela não se espalhou. Só houve algo em 52, na Bolívia, mas não aconteceu mais nada, e Cuba ficou mais ou menos isolada do continente. Hoje, a arma que nós temos é a democracia e essa democracia tem que ser revolucionária e, portanto, temos momentos em que a democracia trabalha mais a favor das classes populares, como no seu país [o Brasil] nos últimos 13 anos trabalhou mais do que tinha trabalhado em todo tempo antes, mas não trabalhou de uma forma sustentada, cometeu muitos erros e não trabalhou de uma forma sustentada porque estava baseada num modelo de desenvolvimento que não é sustentável. Portanto, não se aguentou, mas se não se aguentou e não foi sustentável, isso não quer dizer que no futuro não seja sustentável. Portanto, esse é também um campo de disputa.